

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P.,
e Instituto da Água, I. P.

Protocolo n.º 4/2011

Protocolo entre o Instituto da Água, I. P., e a Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., para revisão do POOC Caminha — Espinho

Considerando que:

1) O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Caminha — Espinho vigora desde 1999, tendo sido aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99, de 7 de Abril, e posteriormente alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007, de 2 de Outubro;

2) O artigo 80.º do respectivo Regulamento determina que este plano especial de ordenamento do território deve ser revisto no prazo de 10 anos, contados a partir da data da sua entrada em vigor;

3) O troço de costa compreendido entre Caminha e Espinho, com uma extensão aproximada de 110 km, abrange os municípios de Caminha, Espinho, Esposende, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, com exclusão das áreas sob jurisdição portuárias neles incluídas;

4) Aquele troço de costa está sujeito a graves processos erosivos, apesar da relativa estabilidade verificada nalguns sectores, facto que determina que se deva ter em atenção que essa situação pode implicar a existência de situações de risco para pessoas e bens, sobretudo em alguns aglomerados populacionais da frente marítima;

5) Os objectivos fundamentais que presidiram à elaboração do POOC de Caminha — Espinho radicaram em situações como a contenção da expansão urbana, em particular nas zonas de risco e de maior sensibilidade ecológica, a valorização da diversidade biológica e paisagística e o ordenamento dos usos dos areais e das frentes de mar, conciliando valores ecológicos, valores patrimoniais e oportunidades turísticas e de recreio e lazer;

6) A relevância que os princípios da precaução e da prevenção das situações de risco assumem na actualidade, e particularmente no troço de costa em referência, determinam que o processo de revisão do POOC Caminha — Espinho coloque uma acentuação tónica na concretização efectiva daqueles princípios ao nível do zonamento e disciplina de uso do solo a estabelecer, visando a implementação dos princípios da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira;

7) A reforma do quadro legal em matéria de ordenamento do território entretanto ocorrida nos anos de vigência do POOC de Caminha — Espinho, também assume especial relevo no momento em que se impõe regulamentarmente a sua revisão, nomeadamente se forem consideradas as alterações conferidas à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, pela redacção da Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto, as substanciais e reiteradas alterações que ao longo dos tempos têm vindo a ser introduzidas ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprova o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, a publicação da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que aprova a Lei da Água, o novo enquadramento conferido pela lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, estabelecido pela Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, as novas regras de procedimento de delimitação do domínio público hídrico, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de Outubro, a aprovação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, a aprovação da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 82/2009, 8 de Setembro, e só para referir os diplomas mais expressivos;

8) Estão reunidas deste modo, múltiplas situações que acrescem à norma constante do Regulamento do POOC de Caminha — Espinho que determina, legalmente, a imperatividade da respectiva revisão;

9) Compete ao Instituto da Água, I. P. (INAG), enquanto Autoridade Nacional da Água, assegurar os objectivos consagrados na Lei da Água, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, nomeadamente no que se refere à promoção do ordenamento adequado dos usos das águas, através da elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º daquela lei e a alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 135/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão e as atribuições do INAG bem como

da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 529/2007, de 30 Abril, que aprova os seus Estatutos;

10) A alínea f) do n.º 3 do artigo 8.º da Lei da Água consagra expressamente a possibilidade de poderem ser delegadas nas Administrações de Região Hidrográfica, ao abrigo de protocolos celebrados para o efeito, as competências para a elaboração de planos de ordenamento da orla costeira;

Assim, entre:

Instituto da Água, I. P., com sede na Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 30, Lisboa, adiante designado por INAG, e

Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., com sede na Rua Formosa, n.º 254, Porto, adiante designado por ARH do Norte, I. P.,

Institutos públicos integrados na administração indirecta do Estado, sujeitos à superintendência e tutela do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, aqui representados pelos respectivos Presidentes, é celebrado o presente protocolo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O presente Protocolo é celebrado ao abrigo da faculdade estabelecida pela alínea f) do n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que aprova a Lei da Água.

Cláusula 2.ª

Pelo presente Protocolo o INAG delega na ARH do Norte, I. P., as competências para proceder aos trabalhos de elaboração da revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Caminha — Espinho, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99, de 7 de Abril, e posteriormente alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007, de 2 de Outubro, em cumprimento do disposto no artigo 80.º do respectivo Regulamento.

Cláusula 3.ª

Considerando que o INAG prossegue as competências atribuídas pela Lei da Água à Autoridade Nacional da Água, competindo a esta entidade assegurar a uniformidade dos critérios e princípios a consagrar na elaboração dos POOC independentemente das especificidades regionais que, indissociavelmente, lhes estão associadas:

a) O INAG e a ARH do Norte, I. P. elaboram em conjunto os termos de referência do processo de revisão do POOC Caminha — Espinho, visando a aprovação dos mesmos;

b) O INAG acompanha os trabalhos de elaboração da proposta de revisão do POOC Caminha — Espinho de modo assíduo e continuado ao longo de todo o processo nos termos do presente Protocolo, também assumindo, para os devidos efeitos, a Presidência da Comissão de Acompanhamento.

Cláusula 4.ª

Prosseguindo o INAG as competências atribuídas pela Lei da Água à Autoridade Nacional da Água, competindo a esta entidade assegurar a uniformidade dos critérios e princípios a consagrar na elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC) independentemente das especificidades regionais que, indissociavelmente, lhes estão associadas, para efeito do cumprimento da Clausula anterior deve a ARH do Norte, I. P. assegurar as seguintes premissas:

1 — Estabelecer os termos de referência para a elaboração da revisão do POOC, submetendo os mesmos à aprovação do INAG.

2 — Consensualizar com o INAG os elementos do POOC correspondentes às fases de estudo prévio e proposta de plano, antes de serem submetidos às restantes entidades que integram a Comissão de Acompanhamento do POOC.

3 — Obter a concordância do INAG, relativamente aos elementos finais do POOC, antes do envio dos mesmos para aprovação nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 5.ª

Os objectivos a atingir e os interesses públicos a prosseguir, bem como os demais condições a observar no processo de revisão do POOC Caminha — Espinho encontram-se fixados através do Despacho n.º 22401/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 9 de Outubro de 2009, alterado pelo Despacho n.º 7170/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de Abril de 2010 em cumprimento do estatuído pelo n.º 1 do artigo 46.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Cláusula 6.ª

O presente Protocolo entra em vigor a partir da data de publicação do despacho que determina o início da elaboração da revisão do POOC Caminha — Espinho e vigora até ao final do prazo estabelecido para a sua conclusão.

9 de Março de 2011. — O Presidente do INAG, I. P., *Orlando Borges*. — O Presidente da ARH do Norte, I. P., *António Guerreiro de Brito*.

204554447

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.

Despacho n.º 6358/2011

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do Despacho n.º 23877/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Outubro de 2009, subdelego:

a) No assistente técnico Renato José Marques Fialho, a competência para emitir e assinar as guias de pagamento relativas à cobrança de coimas, no âmbito dos processos de contra-ordenação que ao Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico compete instruir;

b) No técnico superior Alberto Mateus Matias, a competência para emitir guias de pagamento relativas a alvarás de licenças ou aos procedimentos constantes do Despacho n.º 6338/2009, de 26 de Fevereiro, no âmbito das competências cometidas ao Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

6 de Abril de 2011. — A Directora do Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico, *Rosa Fradinho*.

204555281

Instituto Geográfico Português

Louvor n.º 264/2011

Louvo o Cabo de Infantaria, NIM 1860364, José António Mendes Matos Alves, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, pela elevada competência demonstrada no exercício das funções de motorista em serviço no Instituto Geográfico Português, de Janeiro a Dezembro de 2010, período durante o qual manteve sempre um excelente profissionalismo e uma grande dedicação no desempenho das tarefas que lhe foram confiadas.

A sua conduta moral e cívica, o elevado sentido de dever e de disciplina, a lealdade e sentido de interesse público, de acordo com o qual pautou o exercício das suas funções, a que acresce a excelente aptidão para o desempenho das tarefas que lhe foram atribuídas, justificam ser de inteira justiça que os serviços prestados pelo Cabo Matos Alves sejam reconhecidos em louvor público e considerados muito relevantes.

7 de Janeiro de 2011. — O Director-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, Tenente-General.

204557971

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Autoridade para as Condições de Trabalho

Declaração de rectificação n.º 710/2011

Por meu despacho de 30 de Março de 2011, foi alterado o júri do procedimento concursal comum para recrutamento na carreira/categoria de técnico superior, referências 1 a 3, nove postos de trabalho constantes do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, publicado pelo aviso n.º 22131/2009, no *Diário da República*, 2.ª série,

n.º 238, de 10 de Dezembro de 2009, pp. 49865 a 49870, que passa a ter a seguinte constituição:

Ref. 1.2

Presidente: Maria Joana Sardinha Soldador, directora de Serviços de Apoio à Gestão.

1.º vogal efectivo: Rui Manuel Costa dos Santos, técnico superior que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo: Maria Isabel da Silva Alves Carvalho, técnica superior.

1.º vogal suplente: Cristina Isabel Amaro Mestre Revez, técnica superior.

2.º vogal suplente: Ana Paula Carvalho Oliveira Serrano Faria Marques, técnica superior.

Ref. 2.1

Presidente: Maria Eduarda Abrunhosa da Silva Caridade, técnica superior.

1.º vogal efectivo: Marta Maria dos Reis Pires, técnica superior que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo: Maria da Luz Veneno Santos, técnica superior.

1.º vogal suplente: Rui Manuel Costa dos Santos, técnico superior.

2.º vogal suplente: Ana Paula Carvalho Oliveira Serrano Faria Marques, técnica superior.

Ref. 2.2

Presidente: Ana Paula Carvalho Oliveira Serrano Faria Marques, técnica superior.

1.º vogal efectivo: Maria Eduarda Abrunhosa da Silva Caridade, técnica superior que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo: Maria da Luz Veneno Santos, técnica superior.

1.º vogal suplente: Marta Maria dos Reis Pires, técnica superior.

2.º vogal suplente: Rui Manuel Costa dos Santos, técnico superior.

Ref. 2.3

Presidente: Marta Maria dos Reis Pires, técnica superior.

1.º vogal efectivo: Ana Paula Carvalho Oliveira Serrano Faria Marques, técnica superior que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo: Maria Eduarda Abrunhosa da Silva Caridade, técnica superior.

1.º vogal suplente: Rui Manuel Costa dos Santos, técnico superior.

2.º vogal suplente: Maria da Luz Veneno Santos, técnica superior.

Ref. 3

Presidente: Rui Manuel Costa dos Santos, técnico superior.

1.º vogal efectivo: Maria Isabel da Silva Alves Carvalho, técnico superior que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo: Leonilde Maria Borralho Rijo, técnica superior.

1.º vogal suplente: Maria João Barata, técnica superior.

2.º vogal suplente: Marta Maria dos Reis Pires, técnica superior.

5 de Abril de 2011. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luís Forte*.

204556715

Declaração de rectificação n.º 711/2011

Por meu despacho de 30 de Março de 2011, foi alterado o júri do procedimento concursal comum para recrutamento de 13 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, constantes do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, publicado pelo aviso n.º 222/2010 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro de 2010, de p. 381 a p. 384, que passa a ter a seguinte constituição:

Presidente — Rui Manuel Costa dos Santos, técnico superior.

1.º vogal efectivo — Maria Clara Gomes Sousa Santos, assistente técnica, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Sandra Maria Vieira Nunes Castilho, assistente técnica.

1.º vogal suplente — Paulo Alexandre Cunha Lopes, assistente técnico.

2.º vogal suplente — Maria da Luz de Figueiredo Pinto Pereira, assistente técnica.

5 de Abril de 2011. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luís Forte*.

204556797